

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 3.362, DE 2020

Dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários.

**Autores:** Deputados JOÃO DANIEL E OUTROS

**Relator:** Deputado ZECA DIRCEU

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.362, de 2020, do Senhor Deputado João Daniel e outros, dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários.

O art. 1º adiciona §§ 12 e 13 no art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), nos seguintes termos:

§ 12. Se o beneficiário estiver, comprovadamente, nos termos do regulamento, sem auferir qualquer renda ou provento bruto e sem contribuir



ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), enquanto perdurarem essas condições simultaneamente, ficam suspensas, enquanto perdurar essa condição, as obrigações de pagamento referentes à amortização do financiamento, vedada, nesse caso, a cobrança de multas, de juros e de outros encargos financeiros decorrentes dessa suspensão, bem como fica vedada a inscrição do beneficiário como inadimplente em relação a obrigações de pagamento suspensas junto ao Fies.

§ 13. As parcelas de amortização do financiamento não poderão ser superiores a 30% (trinta por cento) da renda ou dos proventos brutos de qualquer natureza do beneficiário.

Acréscimo similar aos dois parágrafos anteriores foi inserida também no art. 15-G (Programa Fies), sob o §§ 1º e 2º. Um parágrafo adicional no art. 15-G estabelece recálculo de parcelas que excederam o limite mencionado: “§ 3º As parcelas de amortização do financiamento que excederem 30% (trinta por cento) da renda ou dos proventos brutos de qualquer natureza do beneficiário, deverão ser recalculadas, em tempo hábil e sem prejuízo ao beneficiário, afim de se adequarem ao limite percentual máximo determinado nesta Lei”.

O inciso VIII do art. 5º-C fica alterado para: “VIII - quitação do saldo devedor remanescente após a conclusão do curso, na forma do regulamento editado pelo Ministério da Educação e observado o que for aprovado pelo CG-Fies, em prestações mensais equivalentes ao resultante da aplicação percentual mensal vinculada à renda ou aos proventos mensais brutos do estudante financiado pelo Fies, cabendo a obrigação do recolhimento das prestações mensais aos seguintes agentes:”. O art. 2º do projeto de lei consiste em cláusula de vigência imediata.

A proposição foi distribuída às Comissões de Educação (CE), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.362, de 2020, do Senhor Deputado João Daniel e outros, dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão de parcelas em caso de falta de renda para contratos assinados até 2017 e sobre a limitação de parcelas do Programa Fies.

A Lei do Fies — Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 — registra duas modalidades de financiamento: o Fundo Fies e o Programa Fies. Na primeira, há uma subdivisão entre os contratos do Fundo Fies iniciados até 2017 (tratada no art. 5º da lei) e os contratos assinados a partir de 2018 (art. 5º-C da norma). Por sua vez, o Programa Fies tem suas disposições estabelecidas nos arts. 15-D e seguintes. Analisemos as alterações propostas em cada um dos casos.

No Fundo Fies “antigo” (art. 5º), a fase de amortização se inicia 18 meses após a conclusão do curso e as parcelas são pagas em número de anos três vezes maior do que a duração da graduação financiada. É nesses contratos iniciados até 2017 que se concentra quase toda a inadimplência do Fies. Em função das sucessivas crises subsequentes à crise sanitária da Covid-19, a capacidade de pagamento das parcelas por parte dos beneficiários e de suas unidades familiares caiu vertiginosamente, o que levou ao aumento da inadimplência e inclusão de beneficiários nas listas de maus pagadores, as quais dificultam sobremaneira a tomada de novos empréstimos e financiamentos e o consumo regular.

O Projeto de Lei nº 3.362/2020 acrescenta dois novos parágrafos, que hoje devem ser renumerados para §§ 13 e 14, em função de modificação na lei posterior à apresentação da proposição. Seu teor prevê que o beneficiário que simultaneamente estiver sem renda e que não esteja recolhendo contribuição para o INSS tenha os pagamentos das parcelas da amortização suspensos. Para os que não se encontram nessa situação, fica estabelecido a parcela da amortização não poderá superar 30% da renda ou dos proventos brutos do beneficiário.



No Fundo Fies “novo” (art. 5º-C), em lugar de prestação de amortização por tempo determinado, efetua-se desconto na folha de pagamento do beneficiário (ou mecanismos adaptados em caso de autônomos e outras situações diferentes de empregados com carteira assinada). Desse modo, não há um prazo pré-determinado para o fim da amortização, ela podendo ser mais rápida ou lenta de acordo com a renda auferida.

O inciso VIII do *caput* do art. 5º-C tem a seguinte redação vigente:

VIII - quitação do saldo devedor remanescente após a conclusão do curso, na forma do regulamento editado pelo Ministério da Educação e observado o que for aprovado pelo CG-Fies, em prestações mensais **equivalentes ao maior valor entre o pagamento mínimo e o resultante** da aplicação percentual mensal vinculada à renda ou aos proventos mensais brutos do estudante financiado pelo Fies, cabendo a obrigação do recolhimento das prestações mensais aos seguintes agentes:

O PL efetua a seguinte alteração: “VIII - quitação do saldo devedor remanescente após a conclusão do curso, na forma do regulamento editado pelo Ministério da Educação e observado o que for aprovado pelo CG-Fies, em prestações mensais **equivalentes ao resultante** da aplicação percentual mensal vinculada à renda ou aos proventos mensais brutos do estudante financiado pelo Fies, cabendo a obrigação do recolhimento das prestações mensais aos seguintes agentes:”. Como se constata, há a supressão da referência ao “pagamento mínimo”, mantendo-se apenas o percentual vinculado à renda como meio de saldar as parcelas da amortização do financiamento.

Deve-se lembrar que o art. 5º-C determina, em seu § 17, que “será de 20% (vinte por cento) o percentual máximo de vinculação de renda ou proventos brutos de qualquer natureza de que trata o inciso VIII do **caput** deste artigo”. Ou seja, o estabelecimento de um teto da parcela, já constante no Fundo Fies “novo”, é estendido, na proposição em análise, ao Fundo Fies “antigo” e, como se observará adiante, ao Programa Fies.



No caso do Programa Fies, o art. 15-G dispõe que “as condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional”. Ou seja, neste caso não se trata de uma instituição financeira determinada (como é a Caixa Econômica Federal no Fundo Fies “novo” e a CEF e o Banco do Brasil no Fundo Fies “antigo”), podendo ser qualquer instituição financeira envolvida.

Nesse art. 15-G, são acrescentados três parágrafos: dois deles são similares ao texto inserido no art. 5º e o § 3º determina que “as parcelas de amortização do financiamento que excederem 30% (trinta por cento) da renda ou dos proventos brutos de qualquer natureza do beneficiário, deverão ser recalculadas, em tempo hábil e sem prejuízo ao beneficiário, afim de se adequarem ao limite percentual máximo determinado nesta Lei”. Essa regra criaria um efeito retroativo indesejado, razão por que não é apropriada a solução.

Como o § 2º já determina que o teto da parcela não deve superar 30% da renda do beneficiário, já fica estabelecida a garantia de que as parcelas posteriores à edição da lei não incorrerão na situação que o § 3º pretende abordar. Observe-se, inclusive, que na alteração proposta no art. 5º da Lei do Fies, não há a inserção desse terceiro parágrafo, cabendo preservar esse paralelismo na alteração efetuada no art. 15-G por meio da supressão do § 3º. Ademais, embora não se tenha estatística consolidada, o Programa Fies tem pouquíssimos contratos assinados desde 2018 — menos de 10 mil no total, sendo de baixíssimo impacto qualquer alteração nas regras dessa modalidade.

A proposição é recoberta de mérito e demanda apenas discretos ajustes: a renumeração dos §§ 12 e 13 do art. 5º para §§ 13 e 14; a supressão do § 3º do art. 15-G, para evitar redundância (e decorrente insegurança jurídica na interpretação da norma) em relação ao § 2º, bem como para evitar a possibilidade de retroação e recálculo de parcelas já pagas nos contratos do Programa Fies, que não envolvem instituições financeiras oficiais,



mas apenas um acerto privado entre banco, instituição de ensino superior e estudante.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.362, de 2020, com as Emendas anexas.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2021.

Deputado ZECA DIRCEU  
Relator



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 3.362, DE 2020

Dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários.

### EMENDA Nº

No art. 1º do projeto de lei, os §§ 12 e 13 (inseridos no art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001) ficam renumerados para §§ 13 e 14.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2021.

Deputado ZECA DIRCEU  
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216804148900>



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 3.362, DE 2020

Dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários.

### EMENDA Nº

No art. 1º do projeto de lei, suprima-se o § 3º do art. 15-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2021.

Deputado ZECA DIRCEU  
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216804148900>

